



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



ASPECTOS HISTÓRICOS DA MONITORIA NO ENSINO SUPERIOR E SUA IMPORTNCIA PARA A PREPARAÇÃO DOCENTE: A MONITORIA EM GEOGRAFIA AGRÁRIA

Ricardo Santos de Almeida[1]

Eixo 6. Ensino Superior no Brasil.

RESUMO: Esta pesquisa objetiva caracterizar a função monitor sistematizando sua importância e atribuições, bem como a validade dessa atividade no âmbito da formação acadêmica e docente pautada na responsabilidade e compromisso com as leituras, prática da observação e participação em reuniões junto a docente orientador de disciplina. É salutar destacar que neste processo docente e discente juntos desenvolvem uma série de atividades que proporcionem uma melhor compreensão sobre os objetos de estudo das disciplinas acadêmicas viabilizando reflexões que direcionem uma prática didático-pedagógica mais fortalecida. Encontra-se em análise os aspectos sociohistóricos que compreendem o conceito da monitoria, dentre os quais se podem destacar: o processo evolutivo da educação brasileira, os conceitos de educação, e as principais normativas institucionalizadas pelas universidades brasileiras e a UFAL especificamente.

PALAVRAS-CHAVE: Monitoria. Ensino Superior. Geografia Agrária.

ABSTRACT: This study sought to characterize the function monitor systematizing its importance and assignments, as well as the validity of this activity within the academic and teacher based in the responsibility and commitment to the readings, practical observation and participation in meetings with the faculty advisor of discipline. It is salutary to note that this process teachers and students together develop a series of activities that provide a better understanding of the objects of study of academic disciplines enabling reflections that guide practice didactic-pedagogic stronger. It lays on social and historical analysis aspects that comprise the concept of monitoring, among which we can highlight: the evolutionary process of Brazilian education, education concepts, and key regulatory institutionalized by Brazilian universities and UFAL specifically.

KEYWORDS: Monitoring. Higher Education. Agricultural Geography.

INTRODUÇÃO

Os docentes do Ensino Superior têm em síntese atribuições complexas e importantes – o ensinar, o pesquisar e o socializar – para o desenvolvimento de profissionais das mais variadas áreas, como exemplo, educação, saúde e ciências sociais aplicadas. Os atos de ensinar e aprender, paralelamente, enquanto papéis singulares não se restringindo apenas a sala de aula. É também neste processo que estão inclusos os monitores que possuem características singulares, que serão elencadas ao longo deste trabalho. Uma delas é que ainda são discentes em processo de graduação, podendo neste momento reafirmar que o papel formativo não está contido apenas na sala de aula; e que podemos aprender e auxiliar docentes, sendo este papel primordial no processo de ensino-aprendizagem, pois o monitor vivencia na prática do cotidiano alguns percalços também sofridos pelos docentes, dentre os quais: fomentar discussões

embasadas em conteúdos ou até mesmo ser consultado em caso de dúvidas bem como o não obter resultados esperados ao longo de uma atividade sugerida, mesmo utilizando as metodologias adequadas para tal.

O ser docente no Ensino Superior, além das atribuições praxe no processo ensino-aprendizagem já mencionados, envolve também o gerenciamento de conflitos, a compreensão do ser humano e principalmente o ser, produzir e pensar ciência de modo holístico. Dentre outros aspectos relacionar conteúdos e conceitos que potencializam um pensamento sistêmico que viabilizam uma prática didática coerente não ignorando os saberes locais e considerados inicialmente empíricos como frisa Cunningham (1975) ao destacar a educação acadêmica, profissional e a influência do professor sobre seus aprendizes.

Como se sabe o processo de desenvolvimento docente não se dá apenas no ato de cursar um curso de graduação ou pós-graduação, existem experiências ao longo destes que viabilizam uma melhor reflexão de futuras práticas docentes, como o programa de monitoria que ocorre na graduação. Estas características são dotadas de complexidades e singularidades e estão susceptíveis a estas características os monitores de Ensino Superior.

As naturezas da multiplicidade das atribuições do monitor envolvem o estudar e socializar ainda em processo de graduação, contribuindo para uma complexidade paradoxal que elenca o ato de ensinar-aprender-apreender envolto no processo ensino-aprendizagem. Nesse processo torna-se difícil a compreensão, principalmente aos discentes que não são monitores deste papel singular existente nas Instituições de Ensino Superior uma vez que é através do programa de monitoria, que assim como nos primórdios da história da educação superior brasileira, despertaram em muitos estudantes a vontade de lecionar, pesquisar e socializar conhecimentos nos mais variados níveis de ensino. Neste sentido, o monitor pode cumprir a função que geralmente se atribui aquele que está sempre ao lado do mestre e que quer muito aprender e ajudar aos outros que assim como ele também estão aprendendo e apreendendo, tal como destaca Schneider (2006). O monitor também atribui para si responsabilidades, se referenciando também no docente que o orienta e que deve levar em consideração as particularidades que os contextualizam nos lócus do ensino.

O MONITOR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

No que se refere à atribuição monitor na educação brasileira devemos levar em consideração os pressupostos que condicionam a existência desta função não se restringe apenas ao Ensino Superior. Estes pressupostos estão diretamente vinculados aos métodos pedagógicos trazidos pelos padres jesuítas conforme afirma Bello (2001), pois entre 1549 e 1759 muitos dos professores que ensinavam nos cursos elementares como Letras e Filosofia, e cursos de nível superior como Teologia e Ciências Sagradas eram vinculados a ordens religiosas e eram preparados para a função docentes, geralmente indicados pelo clero apropriando-se de disciplinas que eram experimentadas ao longo de sua formação. Diretamente vinculada aos padres jesuítas, que junto a seus pupilos, iniciam o processo de catequização dos indígenas, há a deturpação de suas identidades e o processo educativo restringia-se ao caráter religioso. É preciso destacar também que este projeto jesuítico de educação viabilizou o processo de (de)formação socioespacial brasileira influenciando alguns de nossos costumes e práticas sociais existentes até hoje, como o ato de banhar-se. Este processo de catequização a priori, constava em um ensino-aprendizagem diretamente vinculado ao ato de codificar e decodificar simbologias.

Ainda para Bello (2001) posterior a este processo o ensino no Brasil, entre o período pombalino (1760 e 1808) e período joanino (1808 e 1821) era associado a uma educação que deveria servir somente aos interesses do Estado, não mais aos religiosos e tampouco os econômicos. O ato do ensino estava restrito apenas ao professor sendo este considerado o detentor da educação. Contudo, é ao longo de sessenta e um anos que a educação brasileira sofre uma ruptura e justamente devido a negação que se tinha a educação, pois poderia ser através desta que a população brasileira poderia redirecionar os caminhos de sua possível futura história, sem escravidão, desigualdades socioespaciais e títulos de nobreza.

Visando suprir a carência de professores a partir de 1823, Dom Pedro I institui Lei de 15 de outubro de 1827, que garantia além do ensino gratuito nas escolas e a regulamentação do uso do Método Lancaster ou ensino mútuo. É neste método educativo onde alunos em processo de formação ou já em finalização dos cursos normais ensinavam a grupos com dez alunos sendo denominados decuriões e decúrios tentando através deste modelo educativo inglês aumentar o número de professores e alunos. O decurião era constantemente vigiado e orientado por inspetores que lhes encaminhavam os alunos e conteúdos a serem lecionados.

O método educativo lancasteriano surge na Inglaterra no século XIX e é implantado no Brasil a partir de 1827 segundo Neves (2005). Para Neves e Men (2007) este modelo potencializava através de mecanismos de poder o ajustamento à ordem social não ferindo os interesses a época da monarquia e os interesses das classes dominantes. O papel dos monitores nesta época, ainda era centralizado no ensino nas escolas e suas principais atribuições eram distintas as dos professores, dentre as quais se destacam a coordenação de atividades didáticas, uma instrução que tornasse o aluno disciplinado para o convívio social através da memorização e reducionismo da originalidade.

Ainda segundo as autoras era também atribuição do monitor identificar o grau de aprendizagem dos alunos, os motivarem a aprender através da observação, mas nada era tão prático e objetivo como se pensa, uma vez que também eram deveres do monitor a manutenção da ordem na organização infraestrutural do estabelecimento de ensino e as indicações de leituras e estas eram baseadas em um aprendizado que estava restrito apenas as identificações de letras, sílabas, palavras não sendo simultâneo o ato de ler e escrever. Já os professores ensinavam as tarefas mais complexas, das quais envolviam o ato de escrever utilizando caneta a pena e ensinando as complexidades do ato de escrever como a inserção de vírgulas e outras regras ortográficas na construção de textos. Com essa estruturação Lancaster vislumbrava uma cultura educativa baseada em locais específicos para aprender e ensinar, implementação de cursos graduados em níveis de especificidades e complexidades de objetos de estudos e que fossem dotados de corpo docente específico nos remetendo a atual configuração do ensino brasileiro: fundamental, médio e superior e suas especificidades.

O MONITOR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

São ainda limitados os estudos que discutem a prática da monitoria no Ensino Superior e suas contribuições na formação de profissionais que podem através desta experiência minimizar as dificuldades da prática docente em qualquer nível de ensino, além de estudar minuciosamente os objetos de estudo de cada ciência, tais como a dificuldade de desenvoltura, confiança e principalmente o comunicar-se espontaneamente. Caso estes aspectos não sejam trabalhados no ato da formação acadêmica desencadearão sérios problemas na formação de futuros profissionais. O monitor, em especial, deve tomar cuidado para não realizar más interpretações de conceitos e realidades as quais a disciplina ao qual está diretamente relacionado lhe possibilita análises mais aprofundado. Dentre outros cuidados destacam-se o ato de conhecer a matriz curricular, e as atribuições de cada disciplina do curso de graduação e bibliografias que dão sustentação a disciplina ao qual está vinculado. Mas, afinal, o que seria a monitoria no Ensino Superior

Para Schneider (2006) a monitoria é vista como instrumento de trabalho pedagógico que viabiliza a compreensão de aspectos referentes às transformações socioespaciais viabilizando a partir disso trabalhar a diversidade de conhecimentos em sala de aula, pois

[...] o trabalho de monitoria, cuja atividade formativa pretende contribuir com o desenvolvimento da competência pedagógica e auxiliar os acadêmicos na apreensão e produção do conhecimento, normalmente ocorre em Instituições de Ensino Superior (IES) com normas fixadas pelos seus respectivos conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Apesar de algumas peculiaridades encontradas aqui e ali, o trabalho de monitoria é compreendido como uma atividade formativa de ensino que entre outros objetivos, pretende: a) contribuir para o desenvolvimento da competência pedagógica; b) auxiliar os acadêmicos na apreensão e produção do conhecimento; c) possibilitar ao acadêmico-monitor certa experiência com a orientação do processo de ensino-aprendizagem. (SCHNEIDER, 2006).

Já Nunes (2007) destaca a monitoria acadêmica como um [...] programa de grande importância para a melhoria da formação universitária. E vai além, destaca que mesmo institucionalizada pelas IES traz consigo uma nova função na universidade que está despreendida das pesquisas e de contextos que pragmatizam o docente como detentor de conhecimentos. A monitoria possibilita também uma possível ruptura do ideal tradicionalista onde docente-discente são isolados e que só devem estar ativos em sala de aula.

O monitor, enquanto discente-aprendiz-docente, e pode ser visto como um intermediador entre docente e demais discentes, uma vez que a relação de demandas de dúvidas em detrimento ao tempo de aula muitas das vezes inviabilizam um contato mais próximo. Partindo desta premissa tem-se o monitor como aquele que pesquisa, identifica e compartilha com o docente, sob um olhar mais apurado, a organização da sala de aula, seu público e como poderia ser trabalhado um conteúdo em específico. Eis que surge neste processo também a sugestões bibliográficas que no ato da docência facilitará na identificação dos traços de aprendizagem diferenciada entre turmas, afinal, cada ser humano raciocina de modo específico com aproximações de aprendizagem. Denuncia as ações que muitas das vezes desvirtuam o real sentido formativo da monitoria, dentre as quais

No tocante à formação para o ensino, a monitoria deve ser pensada abarcando todo o processo de ensino. O professor orientador necessita envolver o monitor nas fases de planejamento, interação em sala de aula, laboratório ou campo e na avaliação dos alunos e das aulas/disciplinas. Evidentemente, como reza algumas recomendações da IES, os monitores não podem substituir os professores dando aulas por estes. Eles são aprendizes, ainda não auferiram o nível de competência de um professor. No entanto, tampouco isso significa uma escusa para deixá-los, como salientamos, executando apenas tarefas bastante limitadas quanto ao teor formativo. (NUNES, 2007).

Percebendo que a Universidade é, bem como a escola, um espaço de (re)produção do conhecimento, onde indivíduos realizarão constantemente sua formação profissional do qual estão englobados o ensino, pesquisa e extensão, devemos analisar que cada estudante deve despertar em si uma consciência cada vez mais social que lhe viabilize sua real inserção científica que está diretamente relacionada ao aprimoramento de suas práticas sociais.

Queiróz e Barzaghi (2007) destacam que a monitoria tem a ação mediadora tanto entre alunos quanto entre os docentes dos cursos de graduação integrando operacionalmente no planejamento de disciplinas e compartilhamento de conhecimentos contribuindo significativamente para a própria formação profissional e a dos demais envolvidos no processo. E é partindo desta ideia que se atribui a monitoria como a superação da profissionalização engessada onde apenas insere-se professor-aluno sem um contato mais estreito que potencialize o diálogo para além do mero repasse de conteúdos, que muitas das vezes é fragmentado por programas disciplinares seguidos a risca, desenvolvidos por docentes, que por seguirem um formato engessado dificultam muitas das vezes a abertura ao diálogo, pois nem sempre são pensados para tal. Sendo assim, o real intuito da monitoria viabiliza

o processo de formação dos estudantes [...] que tem como foco central a capacitação de professores que, em geral, atuarão em sala de aula, acreditamos que as vivências nas atividades de monitoria sejam ainda mais significantes por possibilitarem a esse graduando uma análise da articulação entre a teoria e prática. Visto que, além de poderem estar em contato com estudos teóricos os mesmos podem ter um olhar diferenciado da prática docente através das experiências adquiridas. (NASCIMENTO; SILVA; SOUZA, 2007. p.7).

A cumplicidade do ensino-aprendizagem entre docente-monitor é vista constantemente por Schneider (2006) como projeto palpável que viabilizam uma prática de ensino-aprendizagem mais eficaz no que se refere aos processos educativos elucidados através do Relatório da Comissão Internacional sobre o Desenvolvimento da Educação produzido em 1972 pela UNESCO: *aprender a conhecer* – possibilitando a aquisição de instrumentos necessários à compreensão dentre os quais se destacam a valorização do que está em sua volta para que se possam entender as conexidades existentes entre os elementos visíveis e inerentes a sua vida cotidiana; *aprender a fazer* – preparando o indivíduo as suas futuras atribuições profissionais com base em suas experiências e vivências que lhes possibilitem a autonomia, construção de conhecimentos e do senso crítico; *aprender a viver* – no ato da relação professor-aluno devem ser valorizadas os aspectos comuns, em especial o ato de que todos aprendem sempre e devem compartilhar menosprezando as diferenças que geram indiferenças; e *aprender a ser* – onde cada indivíduo no ato da elaboração de pensamentos autônomos e críticos devem permitir-se respeitar a diversidade e se respeitar primando ações educacionais que direcionem a transformações sociais saudáveis, tais como as que decorrem dos programas de monitorias que visam uma educação com mais qualidade e contribuindo para a reestruturação dos modos de agir pedagógico valorizando e contribuindo com a diversidade de conhecimentos existentes nas salas de aula revigorando assim as ciências.

Considerando a monitoria como ponte para a iniciação a docência, esta, no Ensino Superior brasileiro só vai surgir segundo Santos e Lins (2007) por meio de Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 contendo no artigo 41 aspectos relativos ao processo seletivo, cujo designa as suas atribuições dentre as quais destacamos: o ter participado de processo seletivo por meio de provas específicas para cada área do conhecimento e respectivamente as disciplinas onde deveriam demonstrar aptidões técnico-didáticas que os remetessem ao modelo de ensino-aprendizagem proporcionado pelos docentes já existentes e com direito a bolsa de estudos paga pelo Ministério da Educação (MEC). Sendo assim, mediante estes aspectos identifica-se um isolamento configurando a monitoria como preparatório para o ingresso do indivíduo na carreira em nível superior, uma vez que é através desta atribuição que muitos profissionais universitários ingressaram como docente nos anos posteriores.

Segundo esses autores é somente através do Decreto nº 66.315, de 13 de março de 1970, que os respaldos legais contidos na lei anteriormente citada são reformulados e regulamentados, instituindo-se em cada IES federal a Comissão Permanente de Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (COPERTIDE) a elaboração dos programas de monitoria. Outros aspectos legais contidos no decreto são: os pré-requisitos necessários para exercer a função de monitor tais como: já haver cursado a disciplina a qual será monitor, obter bom desempenho acadêmico, ter completado 50% do curso e obviamente ter realizado o processo de seleção. Ainda segundo este decreto a carga horária instituída era de 30 (trinta) horas semanais de atividades. Já em 1977 por meio do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) mediante a instauração do processo de repressão militar as Instituições de Ensino Superior Públicas tiveram redução de vagas para programas de monitoria. Eram minuciosamente distribuídos e constantemente monitorados por relatórios que deveriam constar a relação demanda e oferta, bem como as grandes áreas das quais envolviam as disciplinas mais solicitadas e/ou as que não deveriam ser contempladas pelo programa. É neste período que a carga horária é reduzida para apenas doze horas semanais. Esse regime de carga horária ainda vigora em várias universidades. Entre as décadas de 1980 e 2010 os programas de monitoria restringem-se apenas as universidades e elas os regulamentam baseadas em parâmetros baseados em seus Planos de Desenvolvimento Institucional, tais como: Instituir comissão de programa de monitoria onde cada representante docente de curso e/ou departamento/instituto seja coordenador; Adequar aos objetivos da instituição a ressignificação da monitoria, sendo esta também

condicionante a pesquisa, o ensino e extensão contribuindo para a melhoria da qualidade na educação brasileira; Articular os programas de monitoria com os Projetos Políticos Curriculares dos cursos de graduação adequando à função de monitor como iniciante a docência tendo consigo características singulares dentre as quais o não lecionar substituindo docentes no Ensino Superior, uma vez que esta atribuição já é do docente que deverá orientá-lo; Despertar no discente o interesse pela docência em todos os níveis de ensino, propiciando a este identificar os reais desafios da profissão docente.

Considerando esses parâmetros são os reais papéis do monitor no Ensino Superior: O auxílio com orientação de docente para elucidar atividades práticas e experimentais bem como produzir materiais com base no plano de curso da disciplina ao qual está vinculado como monitor; Ter horário flexível que possibilite a acessibilidade de outros discentes o atendimento e esclarecimento quanto a dúvidas e avisos sobre atividades; Estar sempre em contato com os discentes e docente, propiciando um ensino-aprendizagem direcionados à educação com qualidade; Auto avaliar e ser avaliado pelo orientador a fim de potencializar uma melhor formação.

Todas as Instituições de Ensino Superior são norteadas pelos Planos de Desenvolvimento Institucionais que dá atribuições a cada recorte infraestrutural. O caso analisado será o da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e especificamente analisaremos os recortes inseridos nas resoluções acadêmicas que regem sobre as atribuições do monitor através de seu Programa de Monitoria. Até idos de 1996 as características encontradas nos programas de monitoria na UFAL pouco se destoam das demais IES.

É em 12 de agosto de 1996 que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFAL regulamenta as atribuições da função monitor nos cursos de graduação através da Resolução nº 39/96. Nesta destaca-se que o discente-monitor deve estar regularmente matriculado em curso de graduação, não sendo considerado vínculo empregatício uma vez que esta oportunidade viabiliza a prática pedagógica que viabiliza o processo de formação docente através do aprofundamento teórico e metodológicos vinculados a disciplina ao qual atua. Deve ser orientado por um docente tanto no processo preparação de aulas e atividades vinculadas restritamente a disciplina ao qual compete a atribuição de monitor incluindo-se nestas as reuniões, o acompanhamento de discentes que apresentam baixo rendimento, discutindo e avaliando também como o docente orientador atua. Seguindo estas prerrogativas deverá comprovar suas presenças e caso haja algum impedimento para o desenvolvimento de suas atribuições deverá solicitar dispensa recebendo certificado de participação pelo período participado. Consta ainda no inciso segundo que o monitor não pode e não deve ministrar aulas, realizar avaliações e desenvolver atividades burocráticas na ausência do professor em sala de aula ou em qualquer outro recinto.

No que tange ao docente, ainda segundo os aspectos regimentais da UFAL no que se refere Resolução nº 39/96 cabe ao professor orientador de monitoria a elaboração junto aos monitores planos de atividades semanais, organização de horário de trabalhos, orientações sobre conteúdos, informar sobre as presenças e avaliação de desempenho dos monitores. A carga horária – anterior a esta resolução era de apenas seis horas semanais – e as vagas eram distribuídas de acordo com as demandas de pesquisas, contingente e qualificação docente, maior número de alunos por curso e carga horária por disciplinas, com a reformulação a carga horária é duplicada. Todos esses elementos eram verificados no final do semestre anterior a aplicação do processo seletivo. Este processo seletivo iniciava na primeira semana de aulas mediante convocação via edital publicado pela Pró-Reitoria Estudantil. Só eram aceitas as inscrições de alunos que já cursaram a disciplina e obtiveram nota igual ou superior a sete inteiros, não constando mais de três reprovações em disciplinas e nenhuma na que prestará concurso. No ato da inscrição deverá apresentar comprovante de matrícula, histórico escolar, realizar a prova no dia[2] fixado em edital. Já na segunda semana era realizada a prova, mas a correção se dava mediante a análise por uma banca contendo três docentes[3] do histórico escolar – coeficiente e média geral na disciplina ao qual concorre bem como a análise da prova escrita, e conteúdo da entrevista. É necessário frisar que as seleções para monitor com bolsa e sem bolsa ocorriam em semanas diferentes mesmo não se destoando as caracterizações do processo seletivo supracitado. Ao término do período, deverá entregar relatório final destacando suas atividades de monitor de disciplina.

Com as readequações das normas que regem o programa de monitoria a partir da Resolução nº 55/2008 de 10 de novembro de 2008 o Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas (CONSUNI/UFAL) reafirma a importância do processo seletivo mais rígido no que se refere a não permissão de acumulação de bolsas e mantém as caracterizações anteriormente destacadas, instituindo a carga horária de doze horas semanais devendo o aprovado assinar termo de compromisso afirmando que realizará suas atividades e atribuições.

A MONITORIA E A FORMAÇÃO DOCENTE

A preparação docente é vista por Ferenc e Mizukami (2007) como uma constante busca pelo conhecimento permeando os processos educativos mediante as constantes dicotomias existentes a todo o tempo e espaço contribuindo também para a internacionalização da economia e outras transformações de escala mundial. Esta constante faz parte de uma reestruturação política e ideológica que fomenta os caminhos da sociedade mediante o uso de metodologias que se adequam a interesses institucionalizados e implícitos que por menos perceptível que pareça revigoram os reais sentidos da educação: o aprender, apreender, conhecer e o fazer.

Cunningham (1975) ao enfatizar a educação sob os pontos de vista social e individual remete-nos as aquisições sociais postuladas nas transformações, sejam das capacidades e habilidades que potencializam a busca contínua pelo conhecimento reconhecendo o educador e educando ativos no processo, bem como a desvinculação dos momentos estritamente associados aos atos impulsivos que os remontam a partir das capacidades evolutivas a concretização de ideais. Esses ideais nos levam a pensar sobre a real compreensão sobre o que de fato é Educação.

A motivação é analisada por Cunningham (1975) como objeto do educador que prioriza anterior ao pensar ciência, compreender a natureza humana, suas limitações, complexidades. Mediante este pensamento dialético são valorizadas as aptidões naturais que poderão ser reconduzidas para o caminho da pesquisa, do ensino e da extensão. É também neste processo que o docente deverá utilizar-se de todos os atrativos que competem ao objetivo da ciência ao qual está vinculado diretamente, percebendo nesta a incursão de princípios, estando estes auxiliando o entendimento de mundo não restringindo os conteúdos a arcabouços estritamente reducionistas, necessitando também levar ao discente a compreensão de que os atos considerados impróprios e facilmente condenáveis nada mais sendo impulsos manifestados da natureza humana. É nesta afirmação que vigora o real sentido do aprender e apreender, pois é através do despertar da personalidade dos sujeitos que se potencializam bons aprendizes, que necessariamente se dotarão de considerados adestramentos técnicos necessários para o sucesso na área a qual pretende prosseguir. A construção da educação superior enquanto autoeducação dependerá de uma análise minuciosa sobre o currículo – material; profissionais – método; e instituição – administração e gestão.

A MONITORIA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA

As dificuldades de compreensão de temáticas complexas e pertinentes estão se tornando cada vez mais presentes no Ensino Superior, pois os principais embates no que se refere aos desafios deste nível de educação está associado a pouca preparação para tal, pois nos níveis de ensino fundamental e médio, ainda seguem condicionados a recepção de informações. São limitados os incentivos a pesquisas, por mais simples que sejam e que estejam associadas à fase de desenvolvimento psicossocial e vivência dos alunos orientados pelos professores que lecionam as disciplinas, tal como destacam Carvalho e Fabro (2011).

Visando minimizar estas dificuldades o Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas por meio da Resolução nº 55/2008 de 10 de novembro de 2008, viabiliza a alunos matriculados a participação em processos seletivos para a função monitor de disciplinas. Neste caso, estará em ênfase a monitoria na disciplina Geografia Agrária nos dois semestres de 2011 e primeiro semestre de 2012 analisando a vivência/experiência do monitor.

A disciplina Geografia Agrária existe na UFAL nos cursos Geografia Licenciatura e Geografia Bacharelado desde 2006 após a reformulação dos regimes anuais em semestrais especificados nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos e anteriormente possuía a denominação Geografia Rural. Hoje, caso ainda possuísse esta denominação a disciplina Geografia Rural não atenderia mais aos anseios teórico-metodológicos, pois estaria limitada segundo a docente da disciplina aos modos de vida no campo. Contudo, devem-se analisar as complexidades existentes nas relações entre o Estado, o Capital, o Trabalho e o Campo para assim dar sentido as configurações do Espaço Geográfico, este sendo para Santos (1978) produção e reprodução social. O Espaço Geográfico não é estático, é dinâmico com especificidades condicionadas pela estrutura social e evolução das técnicas que o reorganiza dando origem a novas paisagens.

Segundo os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos Geografia Licenciatura e Geografia Bacharelado a disciplina Geografia Agrária corresponde a leitura, interpretação e análise tempo-espacial envolvendo

O surgimento e o desenvolvimento da agricultura, vistos como fatores fundamentais na produção do espaço geográfico. O processo de desenvolvimento do capitalismo e as transformações na produção agropecuária e nas relações cidade-campo. Evolução da agricultura brasileira. A questão agrária e a questão agrícola. Os complexos agroindustriais e a pequena produção agrícola. Os movimentos sociais no campo. (UFAL, 2007. p.18).

Como proposto nos Projetos Políticos Pedagógicos estão inclusos alguns referenciais utilizados pela docente que no decorrer das atividades didático-pedagógicas surgiram outras indagações, principalmente no que se referem à contextualização sobre o atual panorama agroindustrial em escala mundial, onde as grandes corporações cada vez mais ditam a dinâmica econômica e regional. Sendo assim, é através da introdução de atividades que compreendem a análise crítica sobre os produtos industrializados que muitas das vezes nada mais são produtos de essências extraídas de vegetais ou animais, e quando o são. O estudo da complexidade agrária se dá possibilitando um reconhecimento máximo do espaço geográfico ao qual estamos inseridos e seus componentes travando no território uma batalha pelo acesso a terra. Enfim, os textos, livros e documentários sugeridos e utilizados na ementa disciplinar

condicionam a base teórico-metodológicas postas em discussões e reflexões pautadas na dinamicidade territorial protagonizada pelo Estado e pelas Firms reorganizando o Espaço Geográfico em escalas local, nacional, regional e global.

A disciplina Geografia Agrária surge como norteamento para a compreensão das questões territoriais atuais frente à dinamicidade das relações entre Estado, Capital e Trabalho. E para compreendê-las em todos os níveis escalares seguiu-se a matriz curricular atual articulando também outros elementos, tais como a identificação das categorias analíticas da ciência geográfica – Paisagem[4], Lugar[5], Território[6], Região[7] e Espaço Geográfico[8] – e suas relações com a Economia Política e Sociologia em níveis macro e micros sociais. Permeiam nestas, principalmente as relações entre capitalistas e proletários, pois ainda coexiste neste tempo-espaço a reprodução camponesa em sua complexidade. É através do modo de socialização entre esses indivíduos, no que se referem às questões político-ideológico e identitárias, que se (re)produzem através da troca de mercadorias por dinheiro e novamente por mercadorias e para além disso, pelo seu próprio modo de vida a margem da lógica da lucratividade sendo a terra além de mera estratificação oriunda de minerais ou organismos que compõem sedimentações que proporcionam a produção de alimentos, dando significado a terra como lócus de sobrevivência e morada sem valor mensurável.

Compreendê-los paralelamente a lógica do capital – lucro – e suas implicações conduzem a reflexões críticas sobre o atual período histórico do qual fazem parte a fim de evitarmos reduzir a questão agrária apenas como debates agrícolas – agricultura familiar, pequeno, médio ou grande latifundiário. Viabiliza também a compreensão sobre as potencialidades de uma localidade para a produção de alimentos, como promovem os deformadores das concepções teóricas dos estudiosos das questões agrárias. E neste contexto, a monitoria permite aos monitores vivenciar e auxiliar os alunos que tem dificuldade, principalmente os que vão à busca de soluções que viabilizem uma melhor aprendizagem, potencializando também a docente orientadora a refletir sobre sua prática pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quais as influências dos processos de ensino-aprendizagem existentes ao longo da história educativa brasileira que direcionam a existência dos monitores no Ensino Superior Que influências os discentes recebem de seus orientadores Seguindo estas prerrogativas identificou-se que o papel do docente é o de orientar este discente em seu processo de formação em uma disciplina específica. O exercício da docência em nível superior requer atribuições singulares diretamente relacionadas à compreensão da dimensão humana frente ao entendimento de mundo a partir de perspectivas que realcem os objetos das ciências.

A prática da pesquisa e análise do espaço agrário potencializado pela monitoria em Geografia Agrária fortalece a compreensão do uso do território pelos agentes transformadores do Espaço Geográfico no modo de produção capitalista. Há neste processo a maximização dos lucros desses grandes proprietários de terras em detrimento do uso e exploração da terra bem como a expropriação salarial do trabalhador condicionando novas relações sociais às intencionalidades dos agentes fundiários e seus posicionamentos políticos-ideológicos fruto do metamorfoseamento das relações existentes entre grandes proprietários, pequenos proprietários e camponeses. Sendo assim, a prática da observação e participação neste processo de ensino-aprendizagem condiciona o discente à prática da pesquisa, como o embasamento teórico-metodológico norteadores à prática docente, pois não há pesquisa sem ensino-aprendizagem e vice versa.

O que se percebe é que estamos estritamente direcionados a práticas pedagógicas que envolvem a aprendizagem para a vida fortalecendo o processo educativo por muitas vezes apenas formativo ignorando que estamos em constante aprendizagem. Eis que destacamos o docente como aquele que também prepara para o amadurecimento intelectual, ou seja, compartilha conhecimentos e também aprendem e aprendem junto aos monitores a revigorar a ciência, neste caso em estudo, a Geografia.

REFERÊNCIAS

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a história das rupturas**. Disponível em: . Acesso em: 21 jan. 2013.

CARVALHO, Dalmo Gomes; FABRO, Paloma Nandi. **A importância das monitorias para a formação do acadêmico do curso de Matemática** – licenciatura. Disponível em: . Acesso em: 20 jan. 2013.

CUNNINGHAM, William. **Introdução à Educação: Problemas Fundamentais, finalidades e técnicas**. 2. ed. Porto alegre: Editora

Globo, 1978.

FERENC, Alvanize Valente Fernandes; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Formação de professores, docência universitária e o aprender a ensinar. In: PINHO, Sheila Zambello; STUCHI, Elizabete Berwerth; JUNIOR, Klaus Schlünzen. (Org.). **Modos de ser educador: artes e técnicas, ciências e políticas**. Modos de ser educador: artes e técnicas, ciências e políticas. 1. ed. v. 1. São Paulo: UNESP, 2007.

NEVES, Fátima Maria. **O Método Lancasteriano e o Projeto de Civilização do Governo Imperial Brasileiro**. Disponível em: . Acesso em: 21 jan. 2013.

NEVES, Fátima Maria; MEN, Liliana. **O Método Pedagógico de Lancaster e a Cultura Escolar**. Disponível em: . Acesso em: 21 jan. 2013.

NUNES, João Batista Carvalho. Monitoria acadêmica: espaço de formação. In.: SANTOS, Mirza Medeiros; LINS, Nostradamos de Medeiros (orgs.). **A Monitoria como Espaço de Iniciação à Docência: Poss, ibilidades e Trajetórias**. Natal: EDUFRRN, 2007. Disponível em: . Acesso em: 21 jan. 2013.

QUEIRÓZ, Alexandre Flávio Silva; BARZAGHI, Roberta Aparecida. A monitoria na disciplina de Biofísica: um relato de experiência. In.: SANTOS, Mirza Medeiros, LINS, Nostradamos de Medeiros (orgs.). **A Monitoria como Espaço de Iniciação à Docência: Possibilidades e Trajetórias**. Natal: EDUFRRN, 2007. Disponível em: . Acesso em: 21 jan. 2013.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos. **Disciplina Geografia Agrária**. Maceió: UFAL, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma Nova Geografia: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Huritec, 1978.

SANTOS, Mirza Medeiros, LINS, Nostradamos de Medeiros (orgs.). **A Monitoria como Espaço de Iniciação à Docência: Possibilidades e Trajetórias**. Natal: EDUFRRN, 2007. Disponível em: . Acesso em: 21 jan. 2013.

SCHNEIDER, Márcia Sueli Pereira da Silva. Monitoria: Instrumento para trabalhar com a diversidade de conhecimento em sala de aula. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**. 5. ed. v. mensal, 2006. Disponível em: . Acesso em: 22 jan. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Licenciatura em Geografia: Projeto Político Pedagógico**. Disponível em: . Acesso em: 20 jan. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Licenciatura em Geografia: Projeto Político Pedagógico**. Disponível em: . Acesso em: 21 jan. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Resolução nº 55/2008-CONSUNI/UFAL de 10 de novembro de 2008**. Disponível em: . Acesso em: 20 jan. 2013.

-
- [1] Graduando Geografia Licenciatura na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), monitor da disciplina Geografia Agrária e membro pesquisador do Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO). E-mail: ricardosantal@gmail.com
- [2] Os dias referentes à inscrição e aplicação do processo seletivo para monitoria foi anunciados de modo padronizado e realizados em dias e horários previamente anunciados. As provas foram realizadas em todos os departamentos de ensino nos quais as disciplinas eram ministradas.
- [3] O docente com maior titulação era o presidente da banca de julgamento.
- [4] O estudo da Paisagem é ressaltado pela sua transformação relacionada entre pessoas e natureza e seus laços com o local, e dependem também de fatores externos. A Paisagem é composta pelo visto, sentido e percebido.
- [5] Auxilia o método fenomenológico que visa referenciar individualmente ou coletivamente na construção de um debate sobre o espaço geográfico enquanto morada.
- [6] Espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder.
- [7] A depender da metodologia do pesquisador viabiliza a compreensão da dinâmica regional no que se referem aos componentes socioeconômicos.
- [8] Espaço onde se dão as relações socioespaciais, é produto da ação humana.